

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- A nota em cada questão, atribuída com base nas marcações da **Folha de Respostas**, será igual a: **1,00 ponto** multiplicado pelo respectivo peso da disciplina/grupo de disciplinas, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova; **0,00 ponto**, caso a resposta do(a) candidato(a) esteja em discordância com o gabarito oficial definitivo da prova, não haja marcação ou haja mais de uma marcação.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA P₂ --

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

CONTABILIDADE PÚBLICA

Questão 1

O tratamento contábil de impostos em determinado ente federado tem como reflexo o seguinte fluxo de registros contábeis: previsão da receita orçamentária; lançamento (fato gerador); arrecadação; recolhimento; e prestação de contas.

Nessa situação, o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa deve ser contabilizado

- Ⓐ no efetivo recolhimento dessa receita aos cofres públicos.
- Ⓑ quando for realizada a prestação de contas.
- Ⓒ concomitantemente com o registro contábil da previsão da receita orçamentária.
- Ⓓ em função do fato gerador, no lançamento.
- Ⓔ quando houver a arrecadação da receita orçamentária.

Questão 2

Determinada entidade pública promoveu licitação para a aquisição de material de expediente em janeiro de 2024. Selecionado o fornecedor, foi emitida a nota de empenho em fevereiro de 2024, tendo sido a entrega do material efetuada em março de 2024. Em abril de 2024, o material foi requisitado por um setor da referida entidade pública, cujo consumo ocorreu em maio de 2024.

Nessa situação hipotética, focada no ambiente do setor público, deve ter sido registrada, em 2024, uma despesa sob o enfoque patrimonial no mês de

- Ⓐ janeiro, quando foi efetuada a licitação.
- Ⓑ fevereiro, quando foi emitida a nota de empenho.
- Ⓒ março, quando o fornecedor fez a entrega do material.
- Ⓓ abril, quando o material foi requisitado por um setor da entidade.
- Ⓔ maio, quando o material foi consumido pelo setor da entidade.

Questão 3

Quando um ativo imobilizado é adquirido por meio de uma transação sem contraprestação, o custo desse ativo deve ser mensurado pelo

- Ⓐ seu preço presumido.
- Ⓑ seu valor em uso.
- Ⓒ seu custo de reposição.
- Ⓓ valor justo líquido da despesa de venda.
- Ⓔ seu valor justo na data da aquisição.

Questão 4

Um ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente

- Ⓐ pelo valor de mercado.
- Ⓑ ao custo.
- Ⓒ por seu valor histórico.
- Ⓓ por seu custo de reposição.
- Ⓔ pelo valor justo.

Questão 5

Conforme o **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público** — MCASP (10.^a edição), se o valor contábil da classe do ativo aumentar em virtude da reavaliação, esse aumento deverá ser creditado

- Ⓐ como ajustes de exercícios anteriores.
- Ⓑ como controles credores, em contas de natureza da informação de controle.
- Ⓒ como variação aumentativa do exercício, em contas de resultado.
- Ⓓ diretamente à conta de reserva de reavaliação.
- Ⓔ como conta redutora do respectivo ativo reavaliado.

Questão 6

A perda por redução ao valor recuperável para unidade geradora de caixa deve ser reconhecida se, e somente se, o valor recuperável da unidade for

- Ⓐ menor que seu custo de reposição.
- Ⓑ superior ao seu valor depreciado.
- Ⓒ inferior ao seu valor histórico.
- Ⓓ maior que o seu valor reavaliado.
- Ⓔ menor que o seu valor contábil.

Questão 7

Uma entidade do setor público pretende realizar a depreciação de um bem com vida útil de 10 anos, utilizando o método das cotas constantes. O valor bruto contábil desse bem é \$ 11 mil, sendo determinado que seu valor residual é \$ 1 mil e seu valor depreciável, \$ 10 mil.

Com base nessa situação hipotética e considerando-se que a depreciação será calculada anualmente, é correto afirmar que, no 6.^o ano de uso desse bem, o valor da depreciação acumulada e do valor líquido contábil serão, respectivamente,

- Ⓐ \$ 3 mil e \$ 8 mil.
- Ⓑ \$ 4 mil e \$ 7 mil.
- Ⓒ \$ 5 mil e \$ 6 mil.
- Ⓓ \$ 6 mil e \$ 5 mil.
- Ⓔ \$ 7 mil e \$ 4 mil.

Texto 2A1

Determinado ativo imobilizado foi registrado contabilmente pelo seu custo histórico no valor de \$ 100 mil, com vida útil de 10 anos, depreciação por cotas constantes e sem valor residual. Após o 6.º ano de sua vida útil e já com 60% de depreciação acumulada, esse ativo foi reavaliado em \$ 80 mil, com uma nova vida útil de 6 anos, mantendo-se a depreciação por cotas constantes e sem valor residual.

Questão 8

Com base no texto 2A1, é correto afirmar que a valorização do referido ativo, a ser lançada a título de reserva de reavaliação, será de

- A** \$ 20 mil.
- B** \$ 40 mil.
- C** \$ 60 mil.
- D** \$ 80 mil.
- E** \$ 100 mil.

Questão 9

Com base no texto 2A1, é correto afirmar que o valor da parcela de depreciação anual a partir do valor reavaliado será de

- A** \$ 2 mil.
- B** \$ 4 mil.
- C** \$ 6 mil.
- D** \$ 8 mil.
- E** \$ 10 mil.

Questão 10

O governo detectou que, devido a um erro no sistema de cobrança, um tributo pode ter sido cobrado indevidamente de determinados contribuintes, sendo necessário fazer a restituição. O desembolso esperado será de \$ 10 milhões, se a totalidade dos valores cobrados for restituída; de \$ 5 milhões, caso o erro tenha resultado apenas em uma cobrança a maior do tributo; ou não haverá valor a restituir, caso o erro do sistema não tenha afetado a cobrança do tributo. Estima-se que 20% dos contribuintes tenham sido indevidamente tributados, 10% tributados a maior e 70% não tenham sido afetados.

Nessa situação hipotética, o valor esperado para a provisão com as restituições será de

- A** \$ 2.000.000.
- B** \$ 2.500.000.
- C** \$ 3.000.000.
- D** \$ 5.000.000.
- E** \$ 10.000.000.

Questão 11

Quando não houver mais incertezas quanto ao valor e ao prazo de determinado passivo, este deixará de ser

- A** um dispêndio extraorçamentário.
- B** uma despesa orçamentária.
- C** uma variação patrimonial diminutiva.
- D** uma provisão.
- E** um passivo contingente.

Questão 12

Caso uma provisão e um passivo contingente surjam de um mesmo conjunto de circunstâncias no setor público, a entidade

- A** deverá solicitar orientação ao tribunal de contas.
- B** não deverá fazer nenhuma divulgação.
- C** deverá divulgar a relação entre a provisão e o passivo contingente.
- D** deverá divulgar uma provisão.
- E** deverá divulgar um passivo contingente.

Questão 13

No ambiente da informação de custos no setor público, o que determina o custo do período é

- A** o pagamento da despesa, quando o compromisso é quitado junto ao fornecedor.
- B** a autorização da despesa orçamentária na lei orçamentária anual.
- C** o empenho da despesa orçamentária, com a identificação do compromisso da entidade pública junto ao fornecedor.
- D** a liquidação da despesa orçamentária, quando verificado que o bem ou serviço foi entregue.
- E** o momento do consumo, que equivale ao fato gerador contábil.

Questão 14

Assinale a opção em que são corretamente apresentadas as características qualitativas da informação de custos no ambiente do setor público.

- A** controle, unidade e variabilidade
- B** materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio
- C** anualidade, unidade, universalidade e não afetação
- D** patrimonialismo, tempestividade e controle
- E** relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade

Espaço livre

Questão 15

Segundo a terminologia de custos da norma de custos aplicada ao setor público, o conceito de custo variável corresponde ao custo

- Ⓐ relativo a atividades que dão suporte à realização das atividades finalísticas.
- Ⓑ que não pode ser identificado e apropriado direta e objetivamente ao seu objeto, devendo sua alocação ocorrer por meio de direcionadores ou, em última instância, de bases de rateio razoáveis e consistentes.
- Ⓒ que oscila de forma proporcional ao volume das atividades desenvolvidas, geralmente representado pela quantidade produzida de bens ou serviços.
- Ⓓ identificado e apropriado direta e objetivamente ao seu objeto.
- Ⓔ que não varia na proporção do volume das atividades desenvolvidas, mantendo-se constante em intervalo relevante das atividades desenvolvidas pela entidade.

Questão 16

Sendo os atributos da conta contábil características próprias que a distinguem de outras contas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o controle da mudança do atributo permanente (P) para o atributo financeiro (F) pode ser feito por meio da

- Ⓐ utilização das contas de natureza de informação de controle.
- Ⓑ informação complementar da conta contábil ou por meio da duplicação das contas.
- Ⓒ reclassificação das contas patrimoniais de longo prazo como contas patrimoniais de curto prazo.
- Ⓓ realização do encontro de contas entre as receitas e despesas planejadas com as efetivamente realizadas.
- Ⓔ contraposição das contas de variações patrimoniais diminutivas e variações patrimoniais aumentativas.

Questão 17

O PCASP está estruturado em naturezas das informações contábeis, e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Assim, os lançamentos de natureza patrimonial apenas debitam e creditam contas das classes

- Ⓐ 3 – variação patrimonial diminutiva, 4 – variação patrimonial aumentativa, 7 – controles devedores e 8 – controles credores.
- Ⓑ 1 – ativo, 2 – passivo, 3 – variação patrimonial diminutiva e 4 – variação patrimonial aumentativa.
- Ⓒ 3 – variação patrimonial diminutiva, 4 – variação patrimonial aumentativa, 5 – controles da aprovação do planejamento e orçamento e 6 – controles da execução do planejamento e orçamento.
- Ⓓ 1 – ativo, 2 – passivo, 5 – controles da aprovação do planejamento e orçamento e 6 – controles da execução do planejamento e orçamento.
- Ⓔ 5 – controles da aprovação do planejamento e orçamento, 6 – controles da execução do planejamento e orçamento, 7 – controles devedores e 8 – controles credores.

Questão 18

Observadas a estrutura do PCASP e sua relação com as naturezas da informação contábil, para o lançamento contábil da previsão da receita orçamentária, serão utilizadas

- Ⓐ uma conta da classe 1 a débito e uma conta da classe 4 a crédito.
- Ⓑ uma conta da classe 1 a débito e uma conta da classe 6 a crédito.
- Ⓒ uma conta da classe 3 a débito e uma conta da classe 8 a crédito.
- Ⓓ uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 4 a crédito.
- Ⓔ uma conta da classe 5 a débito e uma conta da classe 6 a crédito.

Questão 19

Acerca das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, julgue os itens a seguir.

- I Os entes públicos devem elaborar demonstração da execução das medidas compensatórias de renúncia de receita e do aumento de despesa obrigatória de caráter continuado, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- II O balanço financeiro não está previsto nas normas brasileiras de contabilidade, por isso sua elaboração não é obrigatória aos entes públicos brasileiros.
- III O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP (10.^a edição) define as seguintes demonstrações como rol exaustivo das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público: balanço patrimonial, demonstração das variações patrimoniais, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, balanço orçamentário e balanço financeiro.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 20

Em relação ao balanço orçamentário, conforme o disposto no MCASP (10.^a edição), assinale a opção correta.

- Ⓐ As receitas de capital representam valores arrecadados que, em regra, reduzem o passivo e aumentam o patrimônio líquido do Estado, sendo registradas apenas na contabilidade patrimonial.
- Ⓑ A coluna previsão inicial deve ser atualizada ao longo do exercício para refletir a arrecadação efetiva, especialmente em caso de excesso de arrecadação.
- Ⓒ A previsão atualizada consiste na diferença entre o valor previsto inicialmente e o valor efetivamente arrecadado, servindo como base de controle do superávit primário.
- Ⓓ A coluna previsão inicial representa os valores fixados pela lei orçamentária anual e não é alterada durante o exercício, mesmo diante de reestimativas de arrecadação.
- Ⓔ As receitas de capital, por gerarem impacto direto sobre o patrimônio líquido, devem ser registradas apenas na demonstração das variações patrimoniais, e não no balanço orçamentário.

Questão 21

Assinale a opção correta a partir do que dispõe o MCASP (10.^a edição) a respeito do balanço financeiro.

- A** Os ingressos e dispêndios são equilibrados no balanço financeiro exclusivamente pela diferença entre receitas e despesas orçamentárias liquidadas.
- B** O balanço financeiro é composto por um único quadro, que evidencia receitas orçamentárias, despesas executadas, transferências financeiras, entradas e saídas de caixa, pagamentos extraorçamentários e os saldos em espécie do exercício anterior e do seguinte.
- C** O balanço financeiro apresenta apenas a execução orçamentária do exercício, sendo vedado evidenciar movimentações extraorçamentárias e saldos de caixa anteriores.
- D** O balanço financeiro é composto por dois quadros: um destinado à movimentação orçamentária e outro exclusivo para movimentações extraorçamentárias e saldo de caixa.
- E** O equilíbrio entre ingressos e dispêndios no balanço financeiro é obtido pela compensação dos valores arrecadados e pagos ao longo do exercício, desconsiderados os saldos de caixa anteriores e posteriores.

Questão 22

A respeito da demonstração das variações patrimoniais (DVP), julgue os itens seguintes, conforme o MCASP (10.^a edição).

- I** A DVP evidencia alterações no patrimônio que decorrem ou não da execução orçamentária, enquanto o resultado patrimonial do exercício, que compõe o saldo patrimonial do balanço patrimonial, é obtido pelo confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- II** Na terminologia da contabilidade aplicada ao setor público, receita representa as variações patrimoniais aumentativas, ao passo que despesa define-se como as variações patrimoniais diminutivas, sendo ambas sempre resultantes da execução orçamentária do ente público.
- III** Caso uma sociedade de economia mista distribua dividendos aos seus proprietários ou possua capital representado por ações, tais valores devem ser divulgados na DVP, na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 23

A respeito da demonstração dos fluxos de caixa (DFC), julgue os itens subsequentes, com base no MCASP (10.^a edição).

- I** A DFC deve identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa ao longo do período e o saldo final de caixa na data de encerramento das demonstrações contábeis.
- II** A DFC deve ser elaborada pelo método direto e apresentar as alterações ocorridas em caixa e equivalentes de caixa, classificadas conforme as atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- III** São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais os recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas, bem como da venda de mercadorias e da prestação de serviços.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 24

Considerando o previsto no MCASP (10.^a edição) acerca da demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL), julgue os itens que se seguem.

- I** A DMPL evidencia a evolução do patrimônio líquido da entidade ao longo do período, incluindo não apenas o resultado patrimonial do exercício, mas também outras alterações diretas no patrimônio líquido que não transitam pela demonstração das variações patrimoniais, além das contribuições ou distribuições dos proprietários.
- II** A elaboração da DMPL é obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes federativos.
- III** A DMPL complementa o anexo de metas fiscais, integrante do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, evidenciando os reflexos patrimoniais das decisões e as medidas fiscais implementadas.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 25

receita orçamentária	previsão inicial	realizada
corrente	\$ 100	\$ 120
de capital	\$ 80	\$ 70

despesa orçamentária	dotação inicial	realizada
corrente	\$ 100	\$ 90
de capital	\$ 80	\$ 80

A partir dos dados precedentes, extraídos de um balanço orçamentário hipotético de órgão da administração pública direta, assinale a opção correta a respeito dos indicadores orçamentários do exercício.

- A** O superávit da receita de capital em relação à despesa corrente permitiu o equilíbrio do resultado orçamentário total.
- B** O resultado orçamentário total do exercício foi nulo, já que a receita total arrecadada igualou-se à despesa total executada.
- C** O resultado corrente foi deficitário em \$ 10, pois a despesa corrente executada superou a receita corrente arrecadada.
- D** Houve excesso de arrecadação de \$ 20 na receita corrente, o que pode justificar abertura de créditos adicionais nos termos da Lei n.º 4.320/1964.
- E** O resultado de capital foi superavitário em \$ 10, pois a despesa de capital executada (\$ 80) foi superior à receita de capital (\$ 70).

Espaço livre

Questão 26

Em relação à consolidação das demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir à luz do MCASP (10.^a edição).

- I Consolidação das demonstrações contábeis é o processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, com a exclusão das transações recíprocas, para fornecer uma visão global dos resultados do setor público.
- II A consolidação nacional, de competência da Secretaria do Tesouro Nacional, abrange todas as entidades incluídas nos três orçamentos da União — fiscal, da seguridade social e de investimentos —, bem como todas as esferas de governo, inclusive empresas estatais não dependentes.
- III O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) estabelece, para fins de consolidação, um mecanismo de segregação de transações por meio do 5.^o nível (subtítulo) das classes de contas patrimoniais, o que permite a identificação de saldos recíprocos a serem excluídos na consolidação.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 27

No que se refere à despesa pública, a seus estágios e a suas classificações, julgue os próximos itens com base no MCASP (10.^a edição).

- I A classificação institucional define a área de atuação governamental em que a despesa será realizada, sendo o critério utilizado para a distribuição das dotações entre funções e subfunções.
- II A reserva de contingência, por ser não executável, não pode ser utilizada como fonte de abertura de créditos adicionais, servindo apenas como fonte para o controle interno de previsão de riscos fiscais.
- III Despesas com *softwares*, obras e aquisição de imóveis e equipamentos permanentes são classificadas no grupo de natureza da despesa 4 – investimentos.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item III está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e II estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 28

Conforme o MCASP (10.^a edição), na classificação da despesa orçamentária, a informação gerencial que tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades corresponde

- ☐ A ao elemento de despesa.
- ☐ B à categoria econômica.
- ☐ C à função orçamentária.
- ☐ D à modalidade de aplicação.
- ☐ E ao grupo de natureza da despesa.

Questão 29

Julgue os próximos itens, relativos à classificação da receita orçamentária, a seus estágios e a suas classificações.

- I Classificam-se como receitas correntes aquelas provenientes de tributos, contribuições, exploração do patrimônio estatal e de atividades econômicas, bem como as transferências correntes.
- II As receitas intraorçamentárias não representam entrada nova de recursos e decorrem de operações entre órgãos da mesma esfera de governo (mesmo ente federativo) integrantes do orçamento fiscal ou da seguridade social.
- III As receitas de capital têm origem na constituição de dívidas, na conversão em espécie de bens e direitos ou, ainda, em transferências de outras entidades, desde que destinadas a despesas de capital.

Assinale a opção correta.

- ☐ A Apenas o item I está certo.
- ☐ B Apenas o item II está certo.
- ☐ C Apenas os itens I e III estão certos.
- ☐ D Apenas os itens II e III estão certos.
- ☐ E Todos os itens estão certos.

Questão 30

Conforme o MCASP (10.^a edição), a origem da receita é o nível de classificação da receita pública responsável por

- ☐ A apontar o objeto específico da arrecadação, como multas, dívida ativa ou receitas de capital, detalhando sua destinação funcional.
- ☐ B qualificar o fato gerador da receita dentro da categoria econômica correspondente, como contribuições sociais ou econômicas.
- ☐ C identificar a procedência dos recursos no momento em que ingressam nos cofres públicos, dentro das categorias econômicas.
- ☐ D determinar o tipo de despesa correspondente à receita arrecadada, como custeio, investimento ou inversões financeiras.
- ☐ E classificar a receita quanto à destinação dos recursos, indicando se serão aplicados em ações finalísticas ou de apoio administrativo.

Questão 31

Uma despesa foi regularmente empenhada e inscrita em restos a pagar ao final de um exercício, no entanto, no exercício seguinte, sua inscrição foi cancelada. Posteriormente, constatou-se que o direito do credor ainda estava vigente, por força de interrupção do prazo prescricional, e a obrigação foi reconhecida para pagamento.

A obrigação referida nessa situação hipotética deve ser identificada como

- ☐ A despesa de exercícios anteriores.
- ☐ B passivo contingente.
- ☐ C despesa de exercício corrente.
- ☐ D restos a pagar processados.
- ☐ E restos a pagar não processados.

Questão 32

No momento da execução da despesa de operações de crédito, foi realizado o seguinte lançamento contábil.

D – 7.2.1.1.x.xx.xx – controle da disponibilidade de recursos

C – 8.2.1.1.1.xx.xx – disponibilidade por destinação de recursos (DDR)

A partir dessas informações, assinale a opção que apresenta o sistema contábil definido pelo MCASP (10.^a edição) em que o referido lançamento está inserido.

- ☐ A sistema de custos
- ☐ B sistema orçamentário
- ☐ C sistema financeiro
- ☐ D sistema patrimonial
- ☐ E sistema de compensação (controle)

Questão 33

Na execução da despesa de benefícios previdenciários de um regime próprio de previdência social (RPPS), foi realizado o seguinte lançamento contábil.

D – 6.2.2.1.1.xx.xx – crédito disponível

C – 6.2.2.1.3.01.xx – crédito empenhado a liquidar

Na execução da despesa pública, o registro em questão representa

- ☐ A restos a pagar não processados.
- ☐ B pré-empenho.
- ☐ C empenho da despesa.
- ☐ D liquidação da despesa.
- ☐ E pagamento da despesa.

Questão 34

De acordo com o MCASP (10.^a edição), no processo de encerramento de um exercício e abertura do seguinte, os restos a pagar não processados que tenham sido liquidados no exercício, mas não pagos, devem ser transferidos para

- ☐ A créditos empenhados a liquidar.
- ☐ B restos a pagar processados.
- ☐ C dívida ativa financeira.
- ☐ D despesas de exercícios anteriores.
- ☐ E créditos a liquidar.

Questão 35

Considerando o disposto no MCASP (10.^a edição) e na Lei n.º 4.320/1964, assinale a opção correta.

- ☐ A A contabilidade pública evidencia exclusivamente os fatos decorrentes da execução orçamentária, conforme previsto na Lei n.º 4.320/1964.
- ☐ B O reconhecimento de uma receita por competência decorrente de fato gerador ocorrido em dezembro de 2024, mas ainda não arrecadada, contraria o disposto no MCASP e deve ser postergado para o momento da entrada do recurso.
- ☐ C Uma despesa que foi paga no exercício de 2024, mas com empenho legalmente realizado em 2023, deve ser registrada como despesa do exercício de 2024, conforme o regime contábil.
- ☐ D Segundo o regime orçamentário previsto na Lei n.º 4.320/1964, a receita arrecadada em 30/12/2024, porém referente a fato gerador ocorrido em 2023, deve ser reconhecida no exercício de 2024.
- ☐ E O reconhecimento contábil do imposto sobre a renda a receber só deve ocorrer no momento da arrecadação, pois é o único fato que caracteriza a existência do crédito tributário.

Espaço livre

CONTABILIDADE GERAL**Questão 36**

A contabilidade tem adquirido importância crescente no contexto atual, impulsionada pelo crescimento das organizações, sejam elas públicas ou privadas, pela crescente complexidade de suas transações e operações e pela volatilidade e turbulência do ambiente de negócios. A contabilidade tem como objeto

- I os acionistas.
- II os credores.
- III os *stakeholders*.
- IV o patrimônio das entidades.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item IV está certo.
- B Apenas os itens I e II estão certos.
- C Apenas os itens II e III estão certos.
- D Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 37

Assinale a opção correta a respeito dos regimes de competência e de caixa, utilizados para a apuração do resultado do exercício.

- A No regime de caixa, informações sobre o desempenho financeiro da entidade podem indicar em que medida eventos como alterações nos preços de mercado ou nas taxas de juros afetaram a capacidade da entidade de gerar fluxos de entrada de caixa líquidos.
- B O regime de competência reflete os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre reivindicações e recursos econômicos da entidade nos períodos em que ocorrem esses efeitos, desde que os pagamentos e recebimentos à vista, resultantes desses eventos, ocorram no mesmo período.
- C O regime de caixa oferece uma visão mais precisa do desempenho financeiro de uma entidade, pois considera todas as transações realizadas no período.
- D No regime de caixa, as receitas e despesas são reconhecidas somente quando há movimentação de dinheiro, ou seja, quando ocorre pagamento ou recebimento.
- E As empresas que adotam o regime de caixa geralmente enfrentam mais complexidade na preparação de relatórios financeiros do que as que adotam o regime de competência.

Questão 38

Acerca de escrituração, assinale a opção correta.

- A A omissão de informações é considerada um erro de escrituração contábil em que ocorre registro de valores após o prazo devido.
- B A Receita Federal do Brasil pode aplicar advertências à entidade quando identifica erros, inconsistências ou omissões na escrituração.
- C Para cada débito registrado, deve haver um crédito correspondente, garantindo que a soma dos ativos seja igual à soma dos passivos, o que é refletido na equação contábil da seguinte forma: ativos = passivos.
- D O lançamento complementar serve para retificar as contas lançadas de forma equivocada e para estornar parte do lançamento, corrigindo registros feitos por importância maior.
- E O método das partidas dobradas proporciona uma visão mais clara das finanças da entidade, facilitando a detecção de erros e fraudes.

Questão 39

Em relação à estrutura das demonstrações contábeis, a suas características e a sua forma de apresentação, assinale a opção correta.

- A O conjunto completo das demonstrações contábeis deve ser apresentado, pelo menos, semestralmente (inclusive informação comparativa).
- B Se as demonstrações contábeis da entidade estiverem em conformidade com os pronunciamentos técnicos e cumprirem todos os seus requisitos, bem como as interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a entidade deve declarar, de forma explícita e sem reservas, essa conformidade nas notas explicativas.
- C A entidade pode retificar políticas contábeis inadequadas, por meio da divulgação das políticas contábeis utilizadas ou de notas explicativas, ou qualquer outra divulgação explicativa.
- D Quando as demonstrações contábeis não forem elaboradas no pressuposto da continuidade, a entidade estará desobrigada de divulgar esse fato.
- E A entidade deve utilizar ou o regime de competência ou o de caixa para elaborar suas demonstrações contábeis, exceto a demonstração dos fluxos de caixa.

Questão 40

Considerando a estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro, assinale a opção correta.

- A O exercício de prudência implica necessidade de assimetria, ou seja, a necessidade sistemática de evidência mais convincente para dar suporte ao reconhecimento de ativos ou receitas do que para o reconhecimento de passivos ou despesas.
- B A tempestividade não é relevante para a utilidade da informação contábil, pois informações antigas sempre mantêm seu valor para os usuários.
- C São características qualitativas fundamentais da informação contábil a relevância, a representação fidedigna e a comparabilidade.
- D A comparabilidade exige que todas as entidades utilizem exatamente os mesmos métodos contábeis, independentemente de suas particularidades.
- E As características qualitativas de melhoria, individualmente ou como grupo, não podem tornar úteis as informações que sejam irrelevantes ou que não forneçam representação fidedigna do que deveriam representar.

Questão 41

Conforme o pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis que trata de estoque, os estoques devem ser avaliados ao menor valor entre o custo e o

- A custo de produção.
- B valor contábil.
- C custo de reposição.
- D valor de venda.
- E valor realizável líquido.

Questão 42

Acerca do tratamento contábil das disponibilidades, assinale a opção correta, de acordo com o previsto pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

- Ⓐ O saldo de caixa e equivalentes de caixa, devido a sua natureza de curto prazo, deve ser classificado como passivo circulante na demonstração de posição patrimonial.
- Ⓑ Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro disponível no caixa da entidade e os saldos bancários imediatos, desconsiderados investimentos de curto prazo.
- Ⓒ Equivalentes de caixa são investimentos de curto prazo, altamente líquidos e facilmente convertidos em uma quantia conhecida de dinheiro, com riscos insignificantes de mudanças de valor, desde que tenham vencimento de até 3 meses a partir da data de aquisição.
- Ⓓ As disponibilidades devem ser avaliadas pelo valor de mercado, já que os equivalentes de caixa estão sujeitos a flutuações de preço de mercado em função das condições econômicas.
- Ⓔ Disponibilidades incluem valores que são inteiramente livres de qualquer restrição e que podem ser usados a qualquer momento pela entidade, excluídos os investimentos de curto prazo.

Questão 43

A respeito de contas a receber, assinale a opção correta.

- Ⓐ O valor de contas a receber deve ser ajustado automaticamente ao valor de mercado, independentemente do tempo de recebimento.
- Ⓑ As contas a receber representam obrigações financeiras assumidas pela entidade junto a terceiros, relacionadas a aquisições de bens ou serviços, sendo, portanto, classificadas no passivo circulante por corresponderem a valores que deverão ser pagos aos fornecedores no curso normal das operações.
- Ⓒ Contas a receber incluem apenas as vendas realizadas à vista, com recebimento imediato em dinheiro.
- Ⓓ Contas a receber representam valores que a empresa tem a receber de seus clientes ou de outras partes e são classificados como ativos circulantes quando esperados para recebimento no prazo de até 12 meses.
- Ⓔ O valor das contas a receber deve ser classificado como ativo não circulante, independentemente do prazo de recebimento.

Questão 44

Um contrato de compra ou venda de item não financeiro pode ser liquidado

- I pelo valor líquido em dinheiro ou com outro instrumento financeiro, quando os termos do contrato permitem a liquidação a apenas uma das partes.
- II pelo valor líquido em dinheiro, quando a capacidade de liquidar não está explícita nos termos do contrato, mas a entidade tem a prática de liquidação de contratos similares pelo valor líquido em dinheiro.
- III pela troca de instrumentos financeiros, quando, para quaisquer contratos que assina, a entidade tem a prática de aceitar a entrega do ativo subjacente e vendê-lo em curto período após sua entrega, com a finalidade de obter lucro com as flutuações de curto prazo no preço ou na margem do negociante.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 45

Ativo imobilizado é item tangível que é mantido para uso na produção ou no fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos e que a entidade espera utilizar por mais de um período. A respeito desse tema, assinale a opção correta.

- Ⓐ A exaustão é aplicável aos bens sem vida útil, como terrenos.
- Ⓑ A vida útil do ativo imobilizado deve ser determinada com base apenas no período de tempo em que o ativo será utilizado.
- Ⓒ Um item do ativo imobilizado que seja classificado para reconhecimento como ativo deve ser mensurado pelo seu custo.
- Ⓓ A depreciação é aplicada a ativos imobilizados intangíveis; a exaustão, a ativos naturais; e a amortização, a ativos tangíveis.
- Ⓔ O objetivo da amortização é recuperar o valor do ativo imobilizado por meio de venda.

Espaço livre

Questão 46

No que se refere a *goodwill*, assinale a opção correta.

- Ⓐ O *goodwill* pode ser facilmente vendido ou transferido de forma independente.
- Ⓑ Assim como outros ativos intangíveis, o *goodwill* é amortizado.
- Ⓒ *Goodwill* é um ativo tangível e representa o valor da marca, a reputação da empresa e a lealdade dos clientes.
- Ⓓ O *goodwill* é calculado apenas com base no valor dos ativos tangíveis da entidade.
- Ⓔ Nas operações de compra de uma empresa por outra, o *goodwill* é frequentemente calculado como a diferença entre o preço pago e o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Questão 47

Acerca do patrimônio líquido, assinale a opção correta.

- Ⓐ As reservas de lucros são compostas por lucros acumulados que foram separados para reinvestimento ou para distribuição futura aos acionistas.
- Ⓑ As reservas de lucros devem ser usadas exclusivamente para o pagamento de dividendos aos acionistas.
- Ⓒ As ações em tesouraria afetam o total de lucros ou prejuízos de uma entidade.
- Ⓓ Os ajustes de avaliação patrimonial são realizados para refletir o custo dos ativos e passivos da entidade, impactando o patrimônio líquido.
- Ⓔ Os prejuízos acumulados não afetam o patrimônio líquido da entidade, pois são contabilizados separadamente dos resultados financeiros.

Questão 48

No que diz respeito à análise do balanço patrimonial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O índice de liquidez seca é calculado pela fórmula (ativo não circulante – estoques) / passivo circulante.
- Ⓑ A liquidez corrente é expressa pela fórmula ativo total / passivo circulante.
- Ⓒ O endividamento total é calculado pela fórmula passivo não circulante / (ativo circulante + ativo não circulante).
- Ⓓ O índice de participação no capital de terceiros pode ser determinado pela fórmula passivo não circulante / patrimônio líquido.
- Ⓔ A imobilização do patrimônio líquido pode ser expressa pela fórmula (investimentos + imobilizado + intangível) / patrimônio líquido.

Questão 49

Em relação a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale a opção correta.

- Ⓐ O impacto de uma mudança no valor de uma provisão causada por novas estimativas deve ser sempre reconhecido como ajuste do valor da provisão na demonstração do resultado.
- Ⓑ Provisões para perdas de processos judiciais são reconhecidas quando há uma chance remota de que o evento futuro aconteça.
- Ⓒ Uma provisão deve ser reconhecida quando for provável que um pagamento seja realizado, mesmo que o valor exato ainda não possa ser determinado, e deve ser ajustada com base nas estimativas mais atualizadas.
- Ⓓ Passivos contingentes devem ser reconhecidos no balanço patrimonial quando for possível estimar o valor da obrigação e a probabilidade de ocorrência do evento.
- Ⓔ Ativos contingentes devem ser reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que a realização do ativo seja segura, independentemente da estimativa do valor.

Questão 50

Julgue os itens a seguir, a respeito de combinação de negócios e dos conceitos de fusão, incorporação e cisão.

- I Em uma fusão, duas ou mais empresas se unem para formar uma nova entidade, e todas as suas obrigações e seus ativos são liquidados, em conformidade com a legislação tributária vigente.
- II Na incorporação, a empresa incorporada cessa sua existência jurídica, enquanto a incorporadora assume todos os seus direitos, suas obrigações e seu patrimônio.
- III Em uma combinação de negócios, o valor de mercado de cada empresa envolvida deve ser avaliado com base no valor contábil dos ativos e passivos, desconsiderados os intangíveis.
- IV A cisão pode ser parcial ou total; quando realizada a cisão de forma total, a empresa original deixa de existir, assim como ocorre na incorporação.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e IV estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens III e IV estão certos.

Espaço livre

CONTABILIDADE DE CUSTOS**Questão 51**

De acordo com a terminologia aplicada a custos industriais, as operações que envolvem matérias-primas podem resultar em diferentes classificações. As operações em que a matéria-prima será classificada, respectivamente, como investimento, custo e despesa são

- A) consumo da matéria-prima no processo fabril, venda do produto fabricado e aquisição da matéria-prima.
- B) aquisição da matéria-prima, consumo da matéria-prima no processo fabril e venda do produto fabricado.
- C) aquisição da matéria-prima, venda do produto fabricado e consumo da matéria-prima no processo fabril.
- D) venda do produto fabricado, consumo da matéria-prima no processo fabril e aquisição da matéria-prima.
- E) consumo da matéria-prima no processo fabril, aquisição da matéria-prima e venda do produto fabricado.

Questão 52

Assinale a opção na qual é citado o evento que provoca o aumento do custo dos produtos fabricados por uma indústria de refrigerantes.

- A) ocorrência de perdas normais de matéria-prima durante o processo de produção dos refrigerantes
- B) aquisição de máquinas industriais modernas com vistas à melhoria da qualidade dos refrigerantes produzidos
- C) realização de gastos destinados à entrega dos refrigerantes vendidos aos seus clientes
- D) realização de campanha publicitária para divulgação de uma nova marca de refrigerante no mercado
- E) existência de juros embutidos no preço das embalagens utilizadas na fabricação dos refrigerantes

Texto 2A4

Em determinada empresa fabril, cada operário se dedica à produção de um único produto, sendo os supervisores responsáveis pela gestão de todo o processo produtivo, independentemente do tipo de produto fabricado. Além disso, não há controle sobre o tempo de máquina dedicado à fabricação de cada produto e os materiais de consumo fabris representam itens de valor tão pequeno que não vale a pena associá-los aos produtos. Em fevereiro de 2025, essa fábrica efetuou os seguintes gastos destinados à fabricação de seus produtos.

gasto	(R\$)
matéria-prima	50.000
salários dos operários da fábrica	30.000
salários dos supervisores da fábrica	20.000
energia elétrica do prédio onde funciona a fábrica	3.000
energia elétrica das máquinas fabris	2.000
depreciação das máquinas fabris	25.000
materiais de consumo fabris	1.000
aluguel do prédio da fábrica	15.000
limpeza e manutenção da fábrica	3.000

Questão 53

Com base no texto 2A4, é correto afirmar que, na referida empresa fabril, os custos indiretos de fabricação em fevereiro de 2025 foram de

- A) R\$ 42.000.
- B) R\$ 68.000.
- C) R\$ 69.000.
- D) R\$ 79.000.
- E) R\$ 99.000.

Questão 54

Com base no texto 2A4, assinale a opção em que é apresentado um gasto que se enquadra no conceito de custo variável.

- A) parcela do valor de energia elétrica, que é cobrada pela concessionária como taxa mínima, independentemente de ter havido ou não o consumo da energia elétrica no mês de referência da cobrança
- B) aluguel do prédio da fábrica, sujeito a reajuste mensal de acordo com a variação do IGP-M
- C) depreciação das máquinas utilizadas na fábrica, calculada em função da vida útil daquelas e com base em quotas decrescentes
- D) bonificação concedida a operário da fábrica na proporção da produtividade alcançada, após atingida a meta estabelecida pelos gestores
- E) comissão de vendedores, calculada em função do volume de vendas

Espaço livre

Questão 55

Uma empresa fabrica mensalmente 4.000 unidades do produto A e 16.000 unidades do produto B. Os custos indiretos de fabricação alcançaram o patamar de R\$ 150.000 em fevereiro de 2025. Os dados referentes aos custos diretos desse mês são apresentados na tabela a seguir, cujos valores estão em reais.

custo direto	produto A	produto B
matéria-prima	40.000	60.000
mão de obra	30.000	70.000
energia elétrica	1.800	1.200
embalagens	3.000	3.000
total	74.800	134.200

A partir dessas informações, é correto afirmar que o critério de rateio que fará a maior parte do valor dos custos indiretos de fabricação ser destinada ao produto A será o efetuado com base

- Ⓐ no valor do custo das embalagens.
- Ⓑ na quantidade produzida.
- Ⓒ no valor do custo da energia elétrica.
- Ⓓ no valor do custo da matéria-prima.
- Ⓔ no valor do custo da mão de obra direta.

Questão 56

A adoção da departamentalização na contabilidade de custos implica que os custos provocados pelos departamentos de serviços geralmente serão

- Ⓐ distribuídos diretamente aos produtos por meio da utilização do custeio por atividades (ABC).
- Ⓑ tratados como despesas do período de sua incidência.
- Ⓒ transferidos para os departamentos de produção antes de sua apropriação final aos produtos.
- Ⓓ apropriados diretamente aos produtos por meio de critérios de rateio com base no tempo gasto nos departamentos de serviços para o atendimento das demandas relacionadas especificamente a cada produto.
- Ⓔ apropriados diretamente aos produtos por meio de um processo de alocação reflexiva.

Questão 57

Julgue os itens que se seguem, a respeito do uso da departamentalização na contabilidade de custos.

- I Não há distinção entre os conceitos de departamento e centro de custos para fins de alocação dos custos aos produtos por meio da departamentalização.
- II Os custos originados em um departamento não podem ser transferidos para outro departamento sem a definição de um critério único de rateio para realizar a operação.
- III Uma das vantagens da departamentalização é tornar mais racional o processo de distribuição dos custos indiretos aos produtos.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item II está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 58

O método de custeio que evita que o custo indireto fixo de fabricação das unidades não vendidas seja diferido no estoque e permite que o referido custo seja lançado no resultado do período em que ocorreu a produção das citadas unidades é denominado método de custeio

- Ⓐ UEP.
- Ⓑ RKW.
- Ⓒ variável.
- Ⓓ por absorção.
- Ⓔ ABC.

Questão 59

O lucro líquido calculado com base no método de custeio por absorção será maior que o lucro líquido calculado com base no método do custeio variável sempre que

- Ⓐ as unidades produzidas em um período forem menores que as unidades produzidas no período anterior.
- Ⓑ as unidades vendidas em um período forem maiores que as unidades produzidas no mesmo período.
- Ⓒ as unidades produzidas em um período forem maiores que as unidades vendidas no mesmo período.
- Ⓓ as unidades vendidas em um período forem maiores que as unidades vendidas no período anterior.
- Ⓔ as unidades produzidas em um período forem iguais às unidades vendidas no mesmo período.

Questão 60

gasto no período	reais (R\$)
matéria-prima consumida na produção	100.000
mão de obra da fábrica, remunerada de acordo com o volume de produção	300.000
comissão dos vendedores	50.000
juros sobre empréstimos obtidos	5.000
embalagens consumidas na produção	5.000
despesas administrativas	8.000
gastos indiretos de fabricação variáveis	50.000
gastos indiretos de fabricação fixos	20.000

Considerando os dados da tabela anterior, referentes a uma empresa industrial que se dedica à produção de um único produto e supondo que tenham sido produzidas 5.000 unidades no período, assinale a opção em que é indicado o custo unitário do produto, calculado com base no método do custeio variável.

- Ⓐ R\$ 31
- Ⓑ R\$ 81
- Ⓒ R\$ 91
- Ⓓ R\$ 95
- Ⓔ R\$ 101

Espaço livre

Questão 61

A respeito do sistema de informações de custos do setor público, julgue os itens seguintes.

- I A principal fonte de dados destinada à apuração dos custos no setor público é o SIAFI, que gera informações de custos a partir da identificação dos fenômenos relacionados ao consumo de recursos objeto de reconhecimento, mensuração e evidenciação pela contabilidade.
- II A economicidade é uma dimensão de desempenho que permite avaliar se os custos dos insumos utilizados pelas entidades do setor público têm sido minimizados sem que haja o comprometimento dos padrões de qualidade definidos pela gestão.
- III A acumulação de custos no setor público é feita por meio de abordagens que se baseiam em dois sistemas específicos: o sistema de acumulação por ordem de serviço ou produção e o sistema de acumulação contínua.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 62

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, a unidade, definida no modelo de gerenciamento de custos, responsável pela condução das atividades e pela disponibilização de bens ou serviços, cujos recursos e resultados podem se distinguir de outros centros, cabendo aos seus gestores a prestação de contas à alta administração da entidade do setor público, é denominada

- A** unidade gerencial.
- B** centro de custos.
- C** centro de lucro.
- D** centro de responsabilidade.
- E** departamento de serviços.

Questão 63

Julgue os itens seguintes, conforme as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público.

- I As informações de custos têm como principais destinatários os gestores, que demandam informações customizadas para a tomada de decisão acerca da aplicação dos recursos sob a sua responsabilidade.
- II A alocação dos custos indiretos aos objetos de custo por meio da utilização de direcionadores de custos deve ter prioridade em relação à alocação que se utiliza de bases de rateio, ainda que estas sejam consideradas razoáveis e consistentes.
- III A utilização do método do custeio por absorção é recomendável em estágios iniciais, quando os modelos de gerenciamento de custos ainda estão em uma fase de menor grau de maturidade.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 64

Assinale a opção em que é indicada uma restrição às características qualitativas das informações de custos no setor público.

- A** representação fidedigna
- B** relevância
- C** materialidade
- D** verificabilidade
- E** tempestividade

Questão 65

No setor público, a diferença entre o método de custeio por absorção integral e o método de custeio por absorção parcial está na

- A** alocação ou não dos custos de suporte aos objetos de custos.
- B** utilização de direcionadores de custos ou de bases de rateio para a alocação dos custos indiretos aos objetos de custos.
- C** utilização do conceito de materialidade para a definição dos custos que devem ou não ser alocados aos objetos de custos.
- D** alocação ou não dos custos indiretos aos objetos de custos.
- E** alocação ou não das despesas variáveis aos objetos de custos.

Espaço livre

DEMONSTRATIVOS FISCAIS**Questão 66**

Conforme as diretrizes do Manual de Demonstrativos Fiscais (14.^a edição), no contexto do anexo de riscos fiscais (ARF), contingência passiva consiste em

- Ⓐ uma obrigação contratual que é resultante de um acordo formal entre o governo e outra parte e cujo valor e data de pagamento são definidos no contrato, exigindo-se o registro contábil do passivo correspondente no balanço patrimonial e sua divulgação no relatório resumido da execução orçamentária.
- Ⓑ uma obrigação presente resultante de eventos passados e cujo valor pode ser estimado com precisão, mas cuja probabilidade de ocorrência é remota, sendo desnecessários o seu provisionamento e a sua divulgação no ARF.
- Ⓒ uma possível obrigação cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos, que não estão totalmente sob o controle da entidade, ou uma obrigação presente que não atenda aos critérios de reconhecimento como um passivo no balanço patrimonial.
- Ⓓ uma obrigação moral ou esperada do governo, decorrente de pressões sociais ou políticas, cujo valor pode ser estimado com base em dados históricos e projeções demográficas, sendo necessária a inclusão de um alerta a seu respeito no anexo de metas fiscais.
- Ⓔ uma obrigação legalmente estabelecida e cujo valor e data de pagamento são conhecidos, mas que só será honrada se houver disponibilidade de recursos financeiros, sendo necessárias a criação de uma reserva específica no orçamento e sua divulgação no relatório de gestão fiscal.

Questão 67

Uma abordagem abrangente do gerenciamento de riscos fiscais de uma entidade pública, em um cenário de crescente volatilidade econômica, deve envolver

- Ⓐ a centralização da gestão de riscos fiscais na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para a garantia da uniformidade das práticas e da comparabilidade dos dados em todos os entes federativos.
- Ⓑ a definição de um plano de ação emergencial, detalhado e específico, a ser acionado em caso de concretização de riscos fiscais previamente identificados no anexo de riscos fiscais.
- Ⓒ a implementação de um sistema de monitoramento contínuo da exposição ao risco, com foco exclusivo em dados financeiros, como, por exemplo, o demonstrativo da dívida consolidada líquida (DCL).
- Ⓓ a criação de uma câmara técnica, nos moldes da Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF), para a análise de normas contábeis e demonstrativos fiscais, com vistas à padronização da apresentação das informações.
- Ⓔ a adoção de um processo que integre identificação e mensuração dos riscos, decisão estratégica a seu respeito, implementação de condutas de mitigação de riscos e monitoramento contínuo deles, em conformidade com as melhores práticas de governança.

Questão 68

De acordo com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal e as práticas de gestão fiscal, constitui exemplo de risco fiscal a ser avaliado no ARF da lei de diretrizes orçamentárias

- Ⓐ a despesa com a manutenção e conservação de rodovias estaduais, cujos valores são definidos com base em contratos de longo prazo e revisados anualmente, garantindo-se a previsibilidade dos gastos.
- Ⓑ a possibilidade de alteração da legislação tributária federal, em decorrência de uma reforma tributária, com impacto incerto sobre a arrecadação dos estados e municípios, exigindo-se a análise de diferentes cenários e a definição de medidas de contingência.
- Ⓒ a variação nas taxas de juros praticadas pelo Banco Central do Brasil, que afeta o custo da dívida pública e cujos impactos são monitorados e ajustados por meio da política monetária.
- Ⓓ a despesa com o pagamento de benefícios previdenciários, cujos valores são reajustados anualmente com base no índice nacional de preços ao consumidor (INPC), conforme legislação vigente.
- Ⓔ o aumento da demanda por serviços de saúde em decorrência de surto sazonal de gripe, com impacto orçamentário previsto e ações de mitigação planejadas, como a compra de vacinas e a contratação de profissionais temporários.

Questão 69

Considerando as classificações de obrigações fiscais apresentadas no Manual de Demonstrativos Fiscais (14.^a edição), assinale a opção em que é apresentado exemplo de obrigação fiscal implícita e contingente para um governo estadual.

- Ⓐ despesas com programas de assistência social, como o Bolsa Família, cujos valores são definidos por lei e reajustados periodicamente, com impacto direto sobre o orçamento do estado
- Ⓑ garantias concedidas a empresas privadas para a implantação de projetos de infraestrutura, com probabilidade de execução dependente do sucesso dos empreendimentos e da capacidade de geração de receita dos projetos
- Ⓒ emissão de letras financeiras do tesouro para cobertura de déficit orçamentário, com pagamento de juros definidos em contrato e garantia de recompra pelo estado
- Ⓓ cobertura de déficits futuros do sistema previdenciário estadual, em decorrência do aumento da expectativa de vida e do envelhecimento da população, com impacto previsto nas contas públicas
- Ⓔ pagamento de salários de servidores públicos estaduais, conforme estabelecido em lei, com reajustes anuais previstos e dotação orçamentária específica

Questão 70

Em um cenário de crise econômica prolongada, com queda na arrecadação e aumento do desemprego, uma providência adequada para mitigar o risco de aumento das despesas públicas com benefícios sociais seria

- Ⓐ adotar medidas de estímulo à economia, como a redução de impostos sobre a produção e o consumo, para aumentar a arrecadação no longo prazo.
- Ⓑ aumentar a alíquota de impostos sobre o patrimônio, a fim de recompor a arrecadação de forma progressiva e financiar os benefícios sociais.
- Ⓒ criar um programa de transferência de renda condicionada, com critérios rigorosos de elegibilidade e acompanhamento dos beneficiários.
- Ⓓ implementar um programa de revisão e priorização das despesas, com foco na manutenção dos serviços essenciais e na otimização dos gastos, incluindo-se a suspensão de programas sociais não prioritários.
- Ⓔ renegociar contratos de dívida com instituições financeiras, de forma a alongar os prazos de pagamento e a reduzir os encargos.

Questão 71

Assinale a opção em que é apresentada informação que faz parte do conteúdo do Demonstrativo 5 — Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos —, integrante do anexo de metas fiscais (AMF).

- A** despesas com investimentos em infraestrutura, com indicação dos projetos em andamento e dos resultados esperados, incluídos a análise de custo-benefício e o cronograma de execução
- B** estimativa das receitas a serem arrecadadas com a alienação de ativos e destinação desses recursos, com detalhamento das despesas de capital e das despesas correntes a serem financiadas
- C** estimativa das receitas a serem arrecadadas com a alienação de ativos nos próximos três exercícios, com detalhamento dos tipos de ativos a serem alienados e os respectivos valores esperados
- D** evolução do patrimônio líquido do ente público nos últimos três exercícios, com destaque na origem e na aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
- E** cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas na LDO, com base nos resultados alcançados no exercício anterior

Questão 72

No relatório resumido da execução orçamentária (RREO), o demonstrativo que avalia o desempenho fiscal é o

- A** demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão.
- B** demonstrativo dos resultados primário e nominal.
- C** balanço orçamentário.
- D** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção.
- E** demonstrativo da receita corrente líquida.

Questão 73

O relatório de gestão fiscal (RGF)

- A** estima o impacto orçamentário-financeiro de novas medidas legislativas que alterem a arrecadação de receitas ou a criação de despesas obrigatórias, com a indicação das fontes de recursos para a sua cobertura e a avaliação da sua sustentabilidade no longo prazo.
- B** compara as despesas com pessoal, a dívida consolidada líquida, a concessão de garantias e as operações de crédito com os limites estabelecidos na LRF, apresentando as justificativas para eventuais desvios e as medidas corretivas adotadas.
- C** analisa a evolução da receita tributária nos últimos cinco anos, com projeções para os próximos três, identificando os principais contribuintes e as alíquotas aplicadas.
- D** detalha as despesas com investimentos em infraestrutura, com indicação dos projetos em andamento e dos resultados esperados e análise de custo-benefício e do cronograma de execução.
- E** avalia o impacto das políticas públicas sobre o desenvolvimento social e econômico do país, com indicadores de educação, saúde, emprego e renda.

Questão 74

No contexto da consolidação das contas públicas, em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais (14.^a edição), a Câmara Técnica de Normas Contábeis e de Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF)

- A** define os critérios de avaliação de desempenho dos gestores públicos, com base nos resultados apresentados nos demonstrativos fiscais, visando à responsabilização e à melhoria da gestão.
- B** impõe as normas contábeis a serem seguidas por todos os entes da Federação, visando à uniformidade e à comparabilidade dos dados.
- C** atua como órgão julgador em casos de descumprimento das normas contábeis, aplicando sanções e penalidades aos entes cujos demonstrativos fiscais apresentem irregularidades.
- D** propõe recomendações sustentadas no diálogo permanente entre os entes, buscando reduzir divergências e promover a transparência da gestão fiscal.
- E** centraliza em si a análise e a aprovação dos demonstrativos fiscais, a fim de garantir que todos os entes cumpram rigorosamente os padrões estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Questão 75

No anexo de riscos fiscais, deve obrigatoriamente constar

- A** o demonstrativo da execução das despesas por função e subfunção, com indicação dos valores empenhados, liquidados e pagos, para a verificação da conformidade com as prioridades estabelecidas no plano plurianual (PPA).
- B** a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio de previdência dos servidores, com projeções de longo prazo, incluída a análise da sensibilidade dos resultados a diferentes cenários demográficos e econômicos.
- C** o detalhamento das despesas com pessoal por categoria funcional, incluídos os valores pagos a título de salários, gratificações e encargos sociais, para a identificação de possíveis excessos e desvios.
- D** a estimativa do impacto orçamentário-financeiro de um possível aumento da taxa de juros sobre a dívida pública, com indicação das providências a serem tomadas caso o risco se materialize, como a redução de despesas discricionárias ou o aumento da arrecadação.
- E** a análise da evolução da receita corrente líquida nos últimos cinco anos, com projeções para os próximos três, incluindo a identificação dos principais fatores que influenciam o seu comportamento, como o crescimento econômico, a inflação e a taxa de câmbio.

Questão 76

Assinale a opção que apresenta exemplo de contingência passiva que pode impactar significativamente as contas públicas de um estado.

- A** redução da alíquota de impostos sobre o consumo, como o ICMS, com vistas a estimular a atividade econômica e a aumentar a arrecadação no longo prazo
- B** aumento da demanda por serviços de saúde em decorrência do envelhecimento da população, com a ampliação da rede de atendimento e o aumento dos gastos com pessoal e insumos
- C** aumento da taxa de juros SELIC, que eleva o custo da dívida pública estadual e, assim, impacta o resultado nominal, o que exige medidas de ajuste fiscal
- D** variação cambial, que afeta o valor das obrigações em moeda estrangeira, como os contratos de financiamento com organismos internacionais
- E** decisão favorável aos servidores públicos estaduais em ação judicial por eles movida com pedido de pagamento de diferenças salariais retroativas

Questão 77

Em um cenário de descumprimento dos limites de despesa com pessoal, uma estratégia eficaz para garantir a responsabilização dos gestores e a correção da situação é a

- A** a publicação de um relatório detalhado, com a identificação dos responsáveis pelo descumprimento dos limites, as justificativas apresentadas e as medidas corretivas a serem adotadas, com o objetivo de garantir a transparência e o controle social.
- B** abertura de processo administrativo para apuração das responsabilidades, com aplicação de sanções disciplinares aos gestores que deram causa ao excesso, como a suspensão do exercício de funções públicas.
- C** a adoção de medidas de contenção de despesas, como a suspensão de novas contratações, a redução de gastos com viagens e diárias e a renegociação de contratos com fornecedores, além da abertura de processo administrativo para apuração das responsabilidades.
- D** implementação de um programa de demissão voluntária, com o objetivo de reduzir o número de servidores públicos e de diminuir as despesas com pessoal.
- E** aprovação de uma lei que autorize o aumento da alíquota de contribuição previdenciária dos servidores públicos, com vistas a aumentar a arrecadação e a reduzir o déficit do sistema previdenciário.

Questão 78

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais (14.^a edição), no Demonstrativo 1 – Metas Anuais, a metodologia de projeção das receitas orçamentárias deve

- Ⓐ considerar a série histórica de arrecadação, ajustada por parâmetros de preço, quantidade e legislação, buscando traduzir matematicamente o comportamento da arrecadação.
- Ⓑ adotar uma abordagem conservadora, que subestime as receitas, a fim de evitar frustrações de arrecadação e garantir o cumprimento das metas fiscais estabelecidas.
- Ⓒ priorizar o uso de modelos estatísticos complexos, que considerem um amplo conjunto de variáveis macroeconômicas e setoriais, a fim de garantir a máxima precisão das estimativas.
- Ⓓ basear-se exclusivamente em dados históricos de arrecadação, ajustados pela inflação, a fim de evitar a influência de fatores externos e garantir a comparabilidade das informações.
- Ⓔ utilizar projeções lineares, que assumem um crescimento constante das receitas ao longo do tempo, com base na média dos resultados dos últimos cinco exercícios financeiros.

Questão 79

Em relação à composição da dívida consolidada e da dívida consolidada líquida para o exercício de 2025, bem como a outros aspectos relacionados ao endividamento dos entes da Federação, assinale a opção correta com base no Manual de Demonstrativos Fiscais (14.^a edição).

- Ⓐ A dívida consolidada líquida, embora represente o conjunto das obrigações financeiras do ente da Federação, exclui as operações de crédito com prazo inferior a doze meses, mesmo que suas receitas estejam previstas no orçamento, e desconsidera os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000.
- Ⓑ A dívida consolidada líquida incluirá os precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 que não tenham sido pagos durante a execução do orçamento no qual estavam previstos, sem considerar a dedução dos ativos financeiros.
- Ⓒ A dívida consolidada líquida é o montante das obrigações financeiras do ente da Federação, incluídas operações de crédito com prazo superior a doze meses, operações de crédito com prazo inferior a doze meses cujas receitas constem no orçamento e precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000, não sendo deduzidos os ativos financeiros e disponibilidades de caixa.
- Ⓓ As operações de crédito com prazo inferior a doze meses não são consideradas no cálculo da dívida pública consolidada, exceto quando destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- Ⓔ A dívida consolidada líquida é apurada a partir da dívida pública consolidada, subtraindo-se o ativo disponível e os haveres financeiros, já descontados os restos a pagar processados, não abrangendo os valores da disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros do regime próprio de previdência social (RPPS) do ente.

Questão 80

Em um cenário de federalismo fiscal cooperativo, um estado da Federação implementou um programa de incentivos fiscais para atrair investimentos em energias renováveis, com o objetivo de diversificar sua matriz energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis. A União manifestou preocupação com a renúncia de receita decorrente desse programa e seu potencial impacto sobre as transferências constitucionais aos demais entes subnacionais.

Nessa situação hipotética, consideradas as funções relacionadas à gestão do risco fiscal e à necessidade de conciliar os interesses dos diferentes níveis de governo, é estratégia adequada para o gerenciamento desse risco fiscal

- Ⓐ a revogação imediata do programa de incentivos fiscais, com o objetivo de preservação da arrecadação e garantia do cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.
- Ⓑ a implementação de um sistema de monitoramento contínuo da arrecadação, para a identificação de eventuais desvios em relação às metas estabelecidas e para a proposição de medidas de contingenciamento, como a limitação de despesas.
- Ⓒ a criação de um ambiente de debate interfederativo, com a participação de representantes da União, do estado e dos municípios, para avaliar o impacto do programa de incentivos fiscais sobre a arrecadação e propor medidas de compensação que garantam o equilíbrio das contas públicas em todos os níveis de governo.
- Ⓓ a adoção de um modelo de projeção de receitas em que se considerem os efeitos do programa de incentivos fiscais sobre a atividade econômica e a arrecadação, com o objetivo de ajuste das metas fiscais e de garantia da sua compatibilidade com as políticas públicas prioritárias.
- Ⓔ a transferência da responsabilidade pela gestão do programa de incentivos fiscais para o setor privado, por meio da criação de uma parceria público-privada, com o objetivo de redução dos custos para o governo e de aumento da eficiência na alocação dos recursos.

Espaço livre